



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007365-49.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Jeferson de Souza Lima Eirelli Epp**
 Requerido: **Ecopag - Administradora de Cartões Eirele -me e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que exerce suas atividades no ramo de alimentação, preparando e comercializando pratos específicos, e que nessa condição firmou contrato com as rés.

Alegou ainda que o celebrado com a primeira teve como objetivo a administração, gerenciamento e fornecimento de cartão magnético de vale alimentação concedido pela Prefeitura Municipal de São Carlos aos seus servidores, enquanto o ajustado com a segunda ré atinou à concessão da maquineta utilizada nessas transações.

Salientou que realizou vendas por intermédio do cartão da primeira ré em dezembro/2016 no importe de R\$ 6.670,16, mas tal importância não lhe foi paga, razão pela qual almeja à condenação das rés a esse propósito.

A preliminar de ilegitimidade *ad causam* arguida em contestação pela segunda ré (fls. 61/62) não merece acolhimento.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Com efeito, a sua responsabilidade deriva da solidariedade prevista no parágrafo único do art. 7º Código de Defesa do Consumidor entre todos os participantes da cadeia de prestação de serviços.

Discorrendo sobre o assunto, leciona **DANIEL AMORIM ASSUMPÇÃO NEVES**:

“Esse dispositivo constitui a regra geral de responsabilidade solidária entre todos os fornecedores que participaram da cadeia de fornecimento do serviço ou produto perante o consumidor. A regra justifica-se pela responsabilidade objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor, que dispensa a culpa como elemento da responsabilidade dos fornecedores. Dessa maneira, independentemente de a culpa não ser do fornecedor demandado, ou não ser de todos os fornecedores demandados, haverá a condenação de quem estiver no pólo passivo a indenizar o consumidor; assim, é inviável imaginar, em uma situação tratada à luz do dispositivo legal comentado, uma sentença terminativa por ilegitimidade de parte se for comprovado que a culpa não foi daquele fornecedor demandado. Em razão da solidariedade entre todos os fornecedores e de sua responsabilidade objetiva, o consumidor poderá optar contra quem pretende litigar. Poderá propor a demanda a buscar o ressarcimento de seu dano somente contra um dos fornecedores, alguns, ou todos eles. A doutrina que já enfrentou o tema aponta acertadamente para a hipótese de litisconsórcio facultativo, considerando ser a vontade do consumidor que definirá a formação ou não da pluralidade de sujeitos no pólo passivo e mesmo, quando se formar o litisconsórcio, qual a extensão subjetiva da pluralidade. Nesse caso, portanto, de responsabilidade solidária e objetiva dos fornecedores, não será aplicável o instituto do litisconsórcio alternativo, pois, ainda que exista uma dúvida fundada por parte do consumidor sobre quem foi o causador direto de seu dano, a legislação consumerista, expressamente, atribui a responsabilidade a qualquer dos fornecedores que tenha participado da cadeia de produção do produto ou da prestação do serviço. Por ser inviável antever a ilegitimidade de qualquer deles, ainda que nenhuma culpa tenha no evento danoso, pouco importa, para os fins do processo, a individualização do fornecedor que tenha sido o responsável direto pelo dano, de modo que é inviável, nesse caso, falar em litisconsórcio alternativo” (“Litisconsórcio alternativo e o código de defesa do consumidor”, in “Aspectos processuais do código de defesa do consumidor”, orientação de Tereza Arruda Alvim Wambier, coordenação de Fabiano Carvalho e Rodrigo Barioni, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 1, cap. 4, ps. 45-54, particularmente ps. 47-48).

Tais orientações aplicam-se *mutatis mutandis* com justeza à hipótese dos autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Restou inegável o envolvimento da segunda ré na cadeia de prestação dos serviços trazidos à colação, até porque o fornecimento da maquina utilizada por ocasião dos pagamentos com os cartões a cargo da primeira ré era imprescindível à implementação destes.

Não se pode olvidar, ademais, que a própria segunda ré reconheceu que possui liame com a primeira ré, a quem presta serviços (fl. 61, antepenúltimo parágrafo)

Por fim, anoto que como decorrência da solidariedade poderá a segunda ré acionar regressivamente a primeira para a reparação do que eventualmente despende, visando à recomposição do *status quo ante* (nesse sentido: **ZELMO DENARI** in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223).

Rejeito a prejudicial, pois.

Idêntica solução aplica-se à primeira preliminar suscitada pela primeira ré (ressalvo que a apreciação da sua contestação é possível porque ficou patenteado que foi ofertada tempestivamente, mas por equívoco o respectivo protocolo se deu em outro processo, como se vê à margem lateral direita de fls. 132/153).

A espécie dos autos não concerne a litisconsórcio necessário e a autora nenhuma relação jurídica possui com a Prefeitura Municipal de São Carlos.

É bem por isso despendi a participação da mesma a esse título no processo, ao passo que a denúncia da lide (fl. 97) encontra óbice na regra do art. 10 da Lei nº 9.099/95.

Fica em consequência afastada essa preliminar.

Já as pertinentes à falta de documentos indispensáveis para a propositura da ação se entrosam com o mérito da causa e como tal serão apreciadas.

No mérito, inexistem maiores divergências sobre o tema posto a debate.

O documento de fls. 07/11 atesta satisfatoriamente que a autora efetivou de 01 a 13 de dezembro de 2016 vendas em seu estabelecimento cujos pagamentos foram levados a cabo por intermédio do cartão da primeira ré (e uso da maquina da segunda ré).

Nada indica, de outra banda, que a quantia correspondente tivesse sido paga à autora.

Assentadas essas premissas, algumas observações são de rigor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A primeira delas é a de que o documento de fls. 07/11 basta à comprovação das transações aludidas pela autora.

Foi extraído de sítio da rede mundial de computadores da primeira ré, o que afasta a alegação de que produzido unilateralmente pela autora, e se não correspondesse à realidade ela reunia plenas condições para demonstrá-lo.

Como não o fez, reconhece-se a validade da documentação, cuja natureza torna desnecessária a apresentação de outros elementos materiais por parte da autora para atestar a extensão de seu crédito.

A segunda é a de que o desconto relativo à taxa de administração não se justifica porque como em última análise os serviços ajustados não foram devidamente prestados à autora nada alicerçaria o seu cômputo.

A terceira é a de que se porventura a primeira ré deixou de receber valores da Prefeitura Municipal de São Carlos, deverá voltar-se contra ela para solucionar tal pendência.

Isso, porém, não projeta reflexos à autora e muito menos afeta o seu direito de buscar junto às pessoas com quem contratou o montante a que faz jus pelas vendas que realizou.

O quadro delineado denota que a pretensão vestibular há de prosperar, com a ressalva de que os fundamentos da decisão de fl. 53, item 1, são ora renovados para que não se dê o imediato bloqueio em contas das rés.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar as rés a pagarem à autora a quantia de R\$ 7.149,81, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fl. 53.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 06 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**